

**PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM COM VISTA À CONSTITUIÇÃO DE  
RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO NA MODALIDADE DE CONTRATO  
DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO,  
DESTINADO A OCUPAR 38 POSTOS DE TRABALHO DA CARREIRA E  
CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL (AUXILIAR DE AÇÃO EDUCATIVA)**

**Ata número quatro**

No dia 21 de outubro de 2020, nas instalações da Câmara Municipal de Amarante, pelas 10:00 horas, reuniu o júri designado por despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 13 de julho de 2020, para o procedimento concursal comum com vista à constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, destinado a ocupar trinta e oito postos de trabalho da carreira e categoria de Assistente Operacional (auxiliar de ação educativa), constituído por:

Presidente: Carlos Alberto Pereira Gomes, Chefe da Divisão de Educação, Juventude e Desporto;

Vogais efetivos: José António Rodrigues Gonçalves, Chefe da Divisão de Serviços Jurídicos e Fiscalização, que substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos e Ana Margarida Oliveira Dias, Técnica Superior, afeta à Divisão de Educação, Juventude e Desporto.

Na presente reunião estiveram presentes todos os membros do Júri, sendo que, o membro José António Rodrigues Gonçalves, por se encontrar em situação de isolamento profilático, participou por videoconferência.

Na sequência da realização da prova de conhecimentos escrita no passado dia 17 de outubro, a presente reunião teve por objecto iniciar a avaliação da prova escrita de conhecimentos, cuja elaboração teve o auxílio de entidade privada especializada.

Contudo, ao iniciar a correcção da prova escrita de conhecimentos, o Júri detectou que na prova escrita de conhecimentos constam sete questões relacionadas com matéria não constante do aviso de abertura do concurso (Ponto 9.1 do aviso publicado na BEP com o código de oferta OE 202008/0148).

Auscultada a entidade privada que colaborou na elaboração da prova, em resposta informam ter havido uma errada interpretação do aviso da BEP, existindo efectivamente sete questões, em quarenta, sobre matérias não constantes do aviso de abertura publicitado, nomeadamente: horários de trabalho, limites da duração do

trabalho suplementar, carreiras gerais e complexidade funcional das carreiras gerais da administração pública.

E assim, por forma a sanar as vicissitudes da prova, sem comprometer o princípio da igualdade de tratamento, uma vez que a prova já se encontra realizada por todos os candidatos, o Júri deliberou por unanimidade considerar como não escritas as questões n.ºs 10, 11, 12, 13, 14, 30 e 36 e anular as pontuações que lhe estavam atribuídas e que perfazem 3.5 valores. Consequentemente, porque o valor global da prova fica assim reduzido 16.5 valores, mais deliberou o Júri, por unanimidade, a final, através da regra matemática denominada "regra de três simples", fazer a devida correspondência da valoração atribuída a cada candidato na escala de 0 a 16.5 valores para a escala de 0 a 20 valores.

Mais deliberou publicitar de imediato a presente ata.

Nada mais havendo a tratar, o Júri deu por encerrada a reunião, de cujo conteúdo se lavrou a presente ata que, depois de lida e achada conforme, foi assinada e rubricada pelos membros do Júri.

O Presidente do Júri



Carlos Alberto Pereira Gomes

O 1.º Vogal Efetivo

Assinado por: **JOSÉ ANTÓNIO RODRIGUES GONÇALVES**

Num. de identificação: 10578271


Data: 2020.10.21 12:56:00+01'00'

Certificado por: **Diário da República Eletrónico.**

Atributos certificados: **Chefe da Divisão dos Serviços Jurídicos e Fiscalização - Município de Amarante.** CHAVE MOVEL **José Gonçalves**



O 2.º Vogal Efetivo



Ana Margarida Oliveira Dias